



# Manaus Previdência

Autarquia Municipal

## **Política de Privacidade**

---

# Sumário

---

- 03 — O que é a Política de Privacidade?
- 04 — Os principais atores do tratamento de dados
- 06 — Tratamento de dados pessoais
- 09 — Segurança no tratamento de dados pessoais
- 10 — Compartilhamento de dados pessoais
- 14 — Direitos do titular

# O QUE É A POLÍTICA DE PRIVACIDADE?

---



**Política de Privacidade** é o documento informativo no qual a Manaus Previdência, enquanto prestadora de serviço público, explica ao usuário como os seus dados são manuseados.

A elaboração da Política de Privacidade decorre da **Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018**, a qual possui como objetivo maior o fortalecimento da cultura de proteção de dados no Brasil.

É a partir da Política de Privacidade que o usuário sabe quais dados pessoais a Manaus Previdência utiliza e como é feita essa utilização.

Caso o(a) interessado(a) possua qualquer dúvida ou observação quanto aos termos dessa política de privacidade, poderá entrar em contato com o encarregado da Manaus Previdência, através do e-mail: [mauricio.sousa@pmm.am.gov.br](mailto:mauricio.sousa@pmm.am.gov.br)

# OS PRINCIPAIS ATORES NO TRATAMENTO DE DADOS

---



## O que é agente de tratamento?

O agente de tratamento é a pessoa natural ou jurídica que manuseia dados pessoais no âmbito de uma atividade legítima.

Como exemplo, podemos citar um ente público que faz coleta de dados para determinada política pública, como a realização do censo ou uma pesquisa científica.

A Manaus Previdência manuseia dados pessoais para realização de sua finalidade legal, que é a gerência de benefícios previdenciários, nos termos da Lei Municipal nº 2.419/2019.

## Controlador e Operador

Uma distinção muito importante é aquela entre **operador** e **controlador**.

O **controlador** é quem toma as decisões referentes aos dados pessoais. Ele decide quais dados são coletados e de que forma eles serão utilizados.

O **operador**, por outro lado, atua sob as ordens do controlador, auxiliando-o no tratamento de dados.

Para a LGPD, a Manaus Previdência é considerada **controladora de dados**.

Como operadores, podemos citar a **Agenda Assessoria**, proprietária e mantenedora do software de gerenciamento previdenciário **SISPREV** e a **PRODAM- Empresa de Processamento de Dados da Amazônia**, que fornece serviços de folha de pagamento.

# OS PRINCIPAIS ATORES NO TRATAMENTO DE DADOS



## Quem pode ser considerado titular de dados pessoais?

O titular de dados é a **pessoa natural**. A Lei Geral de Proteção de Dados não tutela dados de pessoas jurídicas.

O titular pode ser o **segurado, beneficiário ou qualquer pessoa** que solicite ou demande serviços da Manaus Previdência

## Quem é o encarregado?

É o **intermediário** entre a Autoridade Nacional da Proteção de Dados e os titulares dos dados.

Caso o titular dos dados possua reclamação, denúncia ou petição referente ao tratamento dos seus dados, poderá encaminhá-la ao encarregado.

## Quem é a Autoridade Nacional de Proteção de Dados?

É o órgão responsável por zelar pelo cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil. Sua estrutura e atribuições estão detalhadas na Lei nº 13.709/2018.

A ANPD também recebe petições do titular contra o controlador, bem como denúncias e comunicações de incidentes de segurança.

O site eletrônico da ANPD pode ser acessado através do link: <https://www.gov.br/anpd/pt-br>

# TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

---



## O que é tratamento de dados?

A Lei utiliza um termo bastante amplo para definição do tratamento de dados. Em termos gerais, o tratamento pode ser conceituado como **toda operação de utilização ou acesso** a dados pessoais.

Logo, toda vez que um servidor da Manaus Previdência acessa um processo de aposentadoria e visualiza os dados do segurado, há tratamento de dados.

As atividades de tratamento da Manaus Previdência iniciam-se a partir da **coleta de dados**.

## Como a Manaus Previdência coleta dados?

A coleta é realizada através de diversos documentos, como **pedidos de aposentadoria, pensão por morte, certidão de tempo de contribuição, alteração cadastral e inscrição de dependentes**.

Após a coleta, a Manaus Previdência realiza atividades de acesso, compartilhamento, reprodução, armazenamento, análise e transmissão dos dados.

Em conformidade às diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados, toda a atividade de tratamento é realizada em obediência às finalidades legais da Manaus Previdência.

*Na próxima página, detalhamos quais dados a Manaus Previdência coleta.*

INFORMAÇÕES  
FUNCIONAIS

ENDEREÇO

CPF

PARENTESCO

INF. BANCÁRIA

DATA DE  
NASCIMENTO

NOME

TÍTULO DE ELEITOR

TÍTULO DE ELEITOR

NATURALIDADE

RG

ETNIA

DADOS SOBRE  
SAÚDE

INFORMAÇÕES  
RELACIONADAS AO  
ESTADO CIVIL /FAMILIAR

# DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE O TRATAMENTO DE DADOS

---



A Manaus Previdência realiza o tratamento de dados tendo por base os princípios da adequação e finalidade. Dessa forma, apenas são utilizados os dados necessários para cada serviço.

Dados relacionados à **saúde**, por exemplo, somente são tratados em processo de **aposentadoria por invalidez**. A Manaus Previdência emprega medidas específicas para garantir o sigilo nos sistemas utilizados.

O dado "etnia" é coletado em imposição ao **Decreto nº 8.373**, de 11 de dezembro de 2014, que estabelece o eSocial.

Os dados referentes à **filiação sindical** são coletados para fins de repasse da respectiva contribuição à entidade sindical.

Os dados de crianças e adolescentes somente são coletados através de **consentimento especial** dos pais ou responsáveis, conforme o art. 14, 1º da LGPD.

A Manaus Previdência também realiza coleta de dados através do **SIRC - Sistema Nacional de Informações do Registro Civil**. Nesse caso, não há consentimento do segurado, uma vez que o tratamento de dados ocorre por motivo de **política pública** prevista em Lei (Decreto nº 9.929/2019 e Lei nº 11.977/2003).

# SEGURANÇA NO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

---



Em atendimento ao inciso , do art. 5º da Lei Geral de Proteção de Dados, a Manaus Previdência emprega **medidas técnicas e administrativas** para a proteção de dados pessoais.

## **Garantia de Segurança no tratamento**

Para a garantia da segurança, são adotadas soluções que levam em consideração: as **técnicas adequadas**; os custos de aplicação; a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento; e os riscos para os direitos e liberdades do usuário.

Dentre as medidas empregadas pode-se citar, dentre outras: **Autenticação e registro de acessos, proteção de hardware e software e utilização de redes seguras.**

No âmbito das medidas administrativas, os servidores da Manaus Previdência são regularmente treinados e orientados quanto ao tratamento correto de dados.

Nos termos da Portaria nº 552/2022-GP, a utilização de recursos tecnológicos obedece a Política de Segurança da Informação da Manaus Previdência.

## **Excludentes de responsabilidade**

A Manaus Previdência exime-se de responsabilidade por **culpa exclusiva de terceiro**, como em caso de ataque de hackers, ou **culpa exclusiva do usuário.**

A Manaus Previdência se compromete, ainda, a comunicar o usuário em prazo adequado, caso ocorra alguma violação da segurança de seus dados pessoais, apta a causar um alto risco para seus direitos e liberdades pessoais.

# COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

---



## **A Manaus Previdência compartilha informações com outros entes?**

Sim, entes públicos e privados.

O compartilhamento de dados é a disponibilização da informação para outras organizações. Por ser um ente público, a Manaus Previdência somente realiza o compartilhamento de dados quando autorizada por lei.

O uso compartilhado é indispensável para que a Manaus Previdência possa cumprir suas finalidades legais. O compartilhamento também pode ocorrer por imposição constitucional ou legal.

Nas próximas seções, detalharemos as hipóteses e formas desse compartilhamento

# COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS - ENTES PÚBLICOS

---



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

De acordo com o art. 70 da Constituição Federal de 1988, compete ao **Tribunal de Contas do Estado do Amazonas** apreciar a legalidade das aposentadorias, reformas e pensões.

Toda vez que a Manaus Previdência concede um benefício de aposentadoria ou pensão, ela tem a obrigação de enviar o respectivo processo ao Tribunal de Contas. Na remessa, constam os dados pessoais coletados durante o processo de aposentadoria ou pensão.

Além dos dados constantes ao processo, o Tribunal de Contas do Estado também pode vir a realizar o tratamento de quaisquer dados que se encontrem nos bancos de dados utilizados ou controlados pela Manaus Previdência.

A Manaus Previdência também realiza o compartilhamento de dados através do sistema **eSocial**, gerenciado e mantido pelo Governo Federal.

O eSocial é regulado pelo **Decreto Federal nº 8.373/2014**, sendo obrigação legal da Manaus Previdência o envio das informações.

Informações referentes aos processos de aposentadoria, pensão e revisão são tornadas públicas em estrita conformidade à **Lei de Acesso à Informação**, sempre a partir dos princípios da necessidade e adequação.

# COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS - ENTES PRIVADOS



Conforme detalhado na Seção II, os atores do tratamento de dados dividem-se em: Operador e Controlador.

Para execução de suas atividades legais, a Manaus Previdência realiza a contratação de operadores que a auxiliam no tratamento de dados

Em razão disso, os dados dos segurados, beneficiários e dependentes podem vir a ser compartilhados com esses entes privados.

Atualmente, são operadores da Manaus Previdência a PRODAM S.A e a Agenda Assessoria.

Conforme contrato administrativo, a Manaus Previdência exige que os prestadores de serviço atendam os requisitos de segurança necessário quando do tratamento de dados.

O compartilhamento de informações com os prestadores está baseado na Lei Municipal nº 2.419/2019, que determina a obrigação legal da Manaus Previdência para gerir e operacionalizar o Regime Próprio de Previdência no Município de Manaus.

# COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS - ENTES PRIVADOS



Com base na Lei Municipal nº 871/2005, é possível que instituições financeiras acessem o banco de dados da Prefeitura de Manaus e obtenham informações referentes ao salário do pensionista, de forma a definir o limite consignável.

O acesso ocorre através do sistema ConsigWEB, mantido pela PRODAM S.A. Esse compartilhamento abrange os seguintes dados: **Nome, CPF, Matrícula e Salário.**

A autorização para esse compartilhamento encontra-se no art. 3º, I da Lei Municipal nº 871/2005.

Mesmo existindo o compartilhamento, as instituições financeiras continuam obrigadas a coletar o consentimento do(a) interessado(a) para o cálculo de margens e limites consignáveis.

Somente estão habilitadas ao compartilhamento de dados as instituições financeiras que firmarem convênio com a Manaus Previdência.

A Manaus Previdência não compartilha dados como endereço, e-mail ou telefone com instituições financeiras. Caso o interessado tenha recebido mensagens ou telefonemas com ofertas de crédito sem prévio consentimento, o interessado poderá apresentar uma reclamação ao encarregado da Manaus Previdência.

# DIREITOS DO TITULAR



Para fomentar a cultura de proteção de dados pessoais, a Lei Geral de Proteção de Dados expressamente previu direitos aos titulares dos dados pessoais.

São direitos do titular:

- Confirmar a existência do tratamento e acessar os dados junto à Manaus Previdência.
- Corrigir ou solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- Opor-se ao tratamento em casos específicos e de descumprimento da lei.
- Revogar o consentimento (quando aplicável) a qualquer momento, por manifestação expressa e por meio de procedimento facilitado e gratuito através de contato direto com a Manaus Previdência.
- Solicitar a revisão de decisões automatizadas e que afetem seus interesses.
- Reclamar perante a Autoridade Nacional contra o controlador em casos de irregularidade.
- Restringir o tratamento, por meio de recusa em fornecer o consentimento, quando este for necessário.
- Solicitar a anonimização, bloqueio ou eliminação dos dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a lei.